

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 2ª REGIÃO EXERCÍCIO DE 2022

1. Informações gerais:

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

Ressalta-se que as demonstrações contábeis do CRPPE não estão consolidadas com as do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

1.1. Natureza jurídica da entidade

O CRPPE – Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região é uma Autarquia Federal Especial, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977.

1.2. Domicílio da entidade.

A Sede do CRP da 2ª Região está localizada na Cidade do Recife, na Rua Treze de Maio, 47, Santo Amaro, CEP 50100-160, Recife-PE.

Homepage: www.crppe.org.br

Telefones para contato: (81)2119-7273

1.3. Natureza das operações e principais atividades da entidade.

Os Conselhos Profissionais são instituições governamentais criadas com o intuito de defender e disciplinar o exercício de profissões legalmente regulamentadas. O Conselho Regional de Psicologia - 2ª Região ou, CRPPE, é um órgão subordinado ao **Conselho Federal de Psicologia** com jurisdição no Estado de Pernambuco e Fernando de Noronha. Com sede na cidade de Recife-PE, e atualmente conta com Delegacias nas cidades de Petrolina, Garanhuns e Caruaru.

O CRPPE tem como finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo(a). É também atribuição do Conselho zelar pela fiel observância dos princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão.

2. Base para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

A implantação dos procedimentos estabelecidos na Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), normatizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no âmbito do CRPPE traz uma nova concepção e exige nova postura e visão sobre os atos e fatos praticados pelo setor público, as quais vêm, gradualmente modernizando sua estrutura de tecnologia e de recursos humanos.

Em relação à contabilidade do CRPPE, a adoção dos novos procedimentos contábeis está ocorrendo gradativamente, tendo início no ano de 2015, por meio, do registro das alterações do patrimônio, respeitando ao regime de competência, da avaliação dos bens móveis e respectiva depreciação, e da avaliação dos riscos sobre os créditos a receber.

Os procedimentos contábeis orçamentários atendem ao plano de contas do Sistema Federal de Psicologia, o qual está padronizado nacionalmente. Nele a execução orçamentária está integrada.

As Demonstrações Contábeis apresentadas foram extraídas do Sistema de Contabilidade SISCONT, fornecido pela empresa Implanta Informática Ltda., e compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2022. Foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16), e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no que couber.

As Demonstrações Contábeis são compostas pelo Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), e Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC).

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

3.1. Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

3.2. Créditos e Outros Valores a Receber

Os direitos provenientes das anuidades devidas por profissionais e empresas são avaliados pelo valor realizável.

O reconhecimento dos montantes é realizado no início de cada exercício e considera, como base confiável, o cadastro de profissionais e empresas inscritas. A baixa dos créditos é motivada pelos recebimentos que ocorrem de forma compartilhada no momento da arrecadação pelo agente bancário em conta específica. Realiza-se ainda, a conciliação entre os cadastros e os valores gravados na contabilidade afim de garantir a integridade das informações.

Existe a necessidade de registro de ajuste para perdas, da inscrição em dívida ativa devido a possibilidade de prescrição de créditos. Dessa forma, desenvolve-se processos de cobrança, controle, dívida ativa, ajuste de perdas e prescrição, em relação aos profissionais registrados, mensurada pelo valor original, reconhecida e evidenciada em suas demonstrações.

3.3. Estoques

Utilizamos um sistema informatiza para controle do estoque, pois, os bens de consumo são utilizados a medida da necessidade, por padrão os processos estão orientados para avaliar os bens em almoxarifado, na entrada, pelo valor das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações decorrentes da utilização serão contabilizadas em contas de resultado. Entretanto, o sistema está sendo migrado para plataforma web, e o processo de migração está em andamento, prejudicando a consistência das baixas realizadas no exercício.

3.4. Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o registro é realizado com base na avaliação obtida em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Após o reconhecimento inicial, os elementos do ativo imobilizado ficam sujeitos à depreciação ou à amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição ou construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como despesa do período.

Foi verificado no exercício de 2022 que o sistema informatizado de patrimônio se encontra em processo de migração para plataforma web.

3.5. Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção.

3.6. Depreciação e Amortização

A depreciação e a amortização de bens novos adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes, com critérios definidos na Instrução Normativa da SRF nº 162/98. A base de cálculo é o custo do ativo imobilizado e intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos.

Como regra geral, a depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data da colocação do bem em utilização. Apresenta-se a tabela de referência para determinação de vida útil e do valor residual dos bens:

Bens	Vida útil (em anos)	Taxa de Depreciação anual
Sede (Edifícios)	25	4%
Subsedes/Salas/Garagens	25	4%
Móveis e Utensílios de Escritório	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Instalações	10	10%
Veículos (uso administrativo)	10	10%
Equipamentos Processamento de Dados	5	20%
Sistemas de Processamento de Dados – <i>Softwares</i> (amortização)	10	10%

Observa-se que a tabela apresentada é uma referência e que pode sofrer alterações se for possível definir, por meio de laudo e/ou procedimento técnico, que a utilização dos bens terá vida útil inferior ou superior ao determinado.

Verificamos que existem bens a serem reavaliados, sendo necessário criar uma comissão de avaliação patrimonial para definição de valor de mercado e vida útil dos bens.

3.7. Obrigações de Curto Prazo

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

As provisões são constituídas com base em estimativas confiáveis pelos prováveis valores de liquidação para os passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

4. Resumo das políticas contábeis significativas

4.1. Bases de mensuração utilizadas:

Os bens móveis foram avaliados pelo custo histórico, sendo depreciados aqueles registrados na contabilidade pelo valor histórico, mas dependem de reavaliação para revisão dos valores a depreciar.

Os bens imóveis estão registrados na contabilidade pelo custo histórico e não foram depreciados, pois também prescindem de nova avaliação.

Os ativos monetários foram avaliados pelo seu valor de face, em Real (R\$);

Os valores a receber foram avaliados pelo seu grau de liquidez, segregando os valores não executados, dos valores parcelados, e ajustados pela provisão de perdas dos créditos.

O passivo corresponde as obrigações, e foram observados o grau de exigibilidade das mesmas:

O patrimônio Líquido está segregado em Resultado do Exercício, Resultado de Exercícios anteriores e Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em 2022.

5. Normas e políticas contábeis implantadas em 2021.

Observada as normas constantes no MCASP, bem como, a evidenciação de informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações a cerca da posição patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa da entidade, no exercício de 2022 reconhecemos os créditos inscritos em nosso sistema de contas a receber no ativo, gerando a provisão para perdas dos créditos e a ocorrência de possíveis Ajustes de Exercícios Anteriores. Apesar da relevância dos valores a receber ainda foi possível realizar a provisão para cota-parte do CFP (20%) e cota revista do CFP (5%) quanto aos valores constantes nesta rubrica, devido a necessidade de melhorias nos controles desses ativos.

6. Procedimentos decorrentes da aplicação das políticas contábeis.

6.1. Constituição de Provisões:

Passamos a demonstrar o valor das provisões para perdas de crédito sobre o crédito a receber, nos percentuais abaixo especificados:

Apuração da Inadimplência Média

Exercício	Créditos a Receber - CP	Créditos a Receber - LP
2020	30,73%	88,15%
2021	31,14%	100,00%
2022	41,28%	99,97%
Média Simples	34,38%	96,04%

Cálculo dos Ajustes

CRÉDITOS A RECEBER – PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA					
2022	A - SALDO FINAL	B - PERCENTUAL INADIMPLÊNCIA	C – CÁLCULO AJUSTES DE PERDAS	D - SALDO CONTÁBIL DA PROVISÃO	E – AJUSTE DE PROVISÃO DEVEDORES DUVIDOSOS
	(DEZEMBRO)		(C = A * B)		(E = C - D)
Créditos a Receber – CP*	5.143.824,02	34,38%	1768.446,70	1513.339,25	255.107,45
Créditos a Receber – LP**	5.957.126,20	96,04%	5.721.224,00	-	5.721.224,00
TOTAL DA CARTEIRA	11.100.950,22	-	7.489.670,70	1.513.339,25	5.976.331,45

Notas: * Os percentuais de inadimplência são obtidos a partir do histórico de 2020, 2021 e 2022.

No exercício de 2022, aperfeiçoamos o cálculo da provisão do exercício de 2022, utilizando o percentual médio dos últimos 3 anos.

6.2. Reconhecimento de Variações Patrimoniais:

As Variações Aumentativas decorrem de forma relevante do lançamento das receitas de anuidades de pessoas físicas e jurídicas, no início do exercício.

Variações Aumentativas	2022	2021
Contribuições		
Anuidades	6.719.697,18	6.072.747,57
Exploração de Bens e Serviços		
Emolumentos	462.188,17	396.581,89
Financeiras		
Juros e Encargos	516.255,14	248.178,55
Transferências		
Subvenções		
Outras Variações		
Multa por ausência as eleições	-	-
Multa de Infrações	-	-
Outros	11.083,98	11.655,29
Total	7.709.224,47	6.729.163,30

As Variações Diminutivas decorrem dos gastos e variações econômicas ocorridas no patrimônio do CRPPE, e de forma relevante quando do provisionamento no final do exercício.

Variações Diminutivas	2022	2021
Pessoal e Encargos	2.120.317,93	1.896.013,37
Benefícios Assistenciais	1.060,96	488,06
Uso de Bens e Serviços	1.141.434,93	831.484,89
Financeiras	77.360,10	59.462,80
Desvalorização e perda de ativos	255.107,45	196.049,52
Tributárias e Contributivas	1.372.924,05	1.423.046,55
Outras VPD - Provisões	911.371,94	1.649,03
Total	5.879.577,36	4.408.194,22

A diferença entre as Variações Aumentativas e Diminutivas representa o resultado patrimonial do exercício de 2022, correspondendo a um superávit de R\$ 1.829.647,11.

7. Notas dos Demonstrativos Contábeis

7.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete o fato de que os registros contábeis da receita e da despesa ocorrem de forma a atender às especificações constantes do Orçamento Anual e dos Créditos Adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo (Superávit Orçamentário) ou negativo (Déficit Orçamentário). O resultado orçamentário reflete a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

7.1.1. Reconhecimento de Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Orçamentário – BO, as receitas e despesas orçamentárias têm os seus reconhecimentos baseados no Artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, que define: “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”. O mesmo critério de reconhecimento é adotado no Balanço Financeiro.

7.1.2. Do Planejamento

O orçamento para o exercício de 2022 foi de R\$ 4.184.245,10, e foi executado em cerca de 108,96% das receitas previstas e cerca de 84,41% das despesas autorizadas.

Veja o quadro abaixo:

Detalhamento	Receita	Detalhamento	Despesa
Previsão Inicial	5.184.245,10	Dotação Inicial	5.184.245,10
Previsão Atualizada	5.484.245,10	Dotação Atualizada	5.484.245,10
Receita Arrecadada	5.975.726,00	Execução da Despesa	4.628.986,66
Déficit de Previsão da Receita	491.480,90	Economia da Despesa	- 855.258,44

Podemos afirmar que o desempenho da receita arrecadada em 2022 foi maior que a receita prevista, pois, tinha uma previsão de R\$ 5.184.245,10 e arrecadou R\$ 5.975.726,00.

Enquanto isso a execução da despesa se comportou dentro do limite fixado para o exercício de 2022, cujo valor liquidado foi R\$ 4.628.986,66.

7.1.3. Receitas Correntes

O aumento da arrecadação das receitas de 2022 em relação a 2021 foi da ordem de R\$ 219.352,82 (3,81%). Este aumento vem consolidando a gestão das receitas, mediante conscientização de profissionais na pandemia e dos processos de cobrança.

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Correntes	5.975.726,00	5.756.373,18
Contribuições Profissionais	4.950.946,66	5.097.060,79
Patrimonial	471.980,64	244.263,42
Serviços	249.147,85	214.967,47
Financeiras	191.167,61	34.496,76
Outras Receitas Correntes	112.483,24	165.584,74
Total	5.975.726,00	5.756.373,18

7.1.4. Do Superávit Orçamentário verificado no exercício de 2022:

Verificamos no exercício de 2022 um resultado da execução orçamentária superavitário, que importa num valor de R\$ 1.342.620,34, enquanto no exercício de 2021 o resultado superavitário foi de R\$ 1.001.523,59.

Portanto, o superávit do exercício de 2022 aponta para uma variação positiva substancial em relação ao exercício anterior.

Ano	Resultado da Execução Orçamentária	Variação
2022	1.342.620,34	34,06%
2021	1.001.523,59	-3,61%
2020	1.039.076,89	65,05%
2019	629.562,04	163,48%
2018	-385.102,61	-10,53%

7.2. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro que é transferido para o exercício seguinte, conforme a Lei 4.320/64.

Em relação ao Balanço Financeiro destacamos os seguintes pontos:

7.2.1. Das Retenções na fonte

Algumas operações podem interferir na elaboração do Balanço Financeiro, como, por exemplo, as retenções na fonte. Dependendo da forma como as retenções são contabilizadas, os saldos em espécie podem ser afetados, portanto, esclarecemos que a entidade considera a retenção como paga no momento do pagamento ou recolhimento, portanto, não será necessário apresentar nenhum ajuste no saldo final.

7.2.2. Do regime contábil adotado

As receitas orçamentárias e as despesas orçamentárias evidenciadas no Balanço Financeiro observa o art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, no qual as receitas são registradas pela sua efetiva arrecadação e as despesas pelo empenho.

7.2.3. Valores Brutos

Todos os valores evidenciados no Balanço Financeiro são apresentados pelos seus valores brutos, as retenções realizadas são consideradas receitas extraorçamentárias e, o seu respectivo pagamento ou recolhimento, considerada despesas extraorçamentárias.

7.2.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é obtido pela soma das Receitas Orçamentária e extraorçamentárias, menos as Despesas Orçamentárias e extraorçamentárias.

O resultado financeiro no exercício de 2022 foi de R\$ 1.286.358,00, correspondendo a um crescimento do resultado financeiro de 19,85% em relação a 2021.

	31/12/2022	31/12/2021	Varição
Resultado Financeiro	1.286.358,00	1.073.344,33	19,85%

7.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

7.3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis são mantidos em instituições financeiras oficiais e incluem saldos em conta movimento e aplicações financeiras em fundos de investimento em renda fixa, classificados como conservadores e de baixo risco, tendo os ganhos registrados em contas de resultado.

A parte mais significativa das disponibilidades é mantida em aplicações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2022	2021
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.176.651,92	2.890.293,92
BANCOS CONTA MOVIMENTO	8.403,76	1.827,86
Recebimentos	8.377,51	-
Pagamentos	26,25	213,44
Alugueis	-	1.614,42
Bancos Arrecadação	-	-
BANCOS APLICAÇÃO FINANCEIRA	4.168.248,16	2.888.466,06

Fonte: Balancete de Verificação de 2021.

7.3.2. Créditos outros valores realizáveis no Curto Prazo

Corresponde a créditos a receber decorrentes de anuidades de pessoas físicas e jurídicas inscritas no cadastro do CRPPE. São avaliados pelos valores realizáveis com base na Resolução CFP nº 12/2021, devidamente ajustados para perdas decorrentes da inadimplência verificada no cadastro.

Os valores dos créditos relativos as anuidades são demonstradas na tabela abaixo:

Especificação	2022	2021
Créditos a Receber	3.375.377,32	1.895.252,06
Anuidades do Exercício	2.745.937,60	2.333.409,41
PF	2.697.647,95	2.266.382,98
PJ	48.289,65	67.026,43
Anuidades de Exercícios Anteriores	2.397.886,42	1.075.181,90
PF	2.303.134,37	1.041.897,24
PJ	94.752,05	33.284,66
(-) Ajuste de Perdas	-1.768.446,70	-1.513.339,25

O reconhecimento dos montantes a receber é realizado anualmente, quando do lançamento das anuidades a receber por ofício, com base no cadastro do CRPPE. A baixa dos créditos é motivada pela arrecadação dos agentes bancários.

Os valores acima relacionados ao exercício foram lançados na contabilidade em contrapartida com as variações patrimoniais aumentativas (VPA), os valores relacionados ao exercício anterior foram lançados na contabilidade em contrapartida com Ajustes de Exercícios Anteriores, em observância ao princípio da competência

7.3.3. Créditos outros valores realizáveis no Longo Prazo

Corresponde a créditos a receber decorrentes de anuidades de pessoas físicas e jurídicas inscritas no cadastro do CRPPE, os quais foram inscritos na dívida ativa, ou parceladas.

Os valores dos créditos de longo prazo são detalhados na tabela abaixo:

Especificação	2022	2021
Créditos a Receber LP	235.902,20	5.958.863,44
Profissionais e Empresas	4.782.450,93	4.784.188,17
PF	4.543.857,35	4.545.594,59
PJ	238.593,58	238.593,58
Dívida Ativa Tributária	1.174.675,27	1.174.675,27
Executiva	72.534,67	72.534,67
Administrativa	1.102.140,60	1.102.140,60
(-) Ajuste de Perdas	- 5.721.224,00	-

7.3.4. Imobilizado, Intangível, Depreciação e Amortização

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o registro é realizado com base na avaliação obtida em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Os bens móveis e imóveis são detalhados na contabilidade do CRPPE conforme tabela abaixo:

Especificação	2022	2021
Imobilizado	1.693.824,42	1.822.265,51
Bens Móveis	373.524,77	369.405,77
Móveis e Utensílios	179.190,60	179.190,60
Máquinas e Equipamento	47.018,36	42.899,36
Equipamento de Processamento de Dados	147.315,81	147.315,81
Bens Imóveis	2.792.014,75	2.792.014,75
Edfícios	146.125,35	146.125,35
Salas	2.611.090,66	2.611.090,66
Instalações	16.019,40	16.019,40
Benfeitorias em prop. de terceiros	18.779,34	18.779,34
(-) Depreciação Acumulada	- 1.471.715,10	- 1.339.155,01

7.3.5. Obrigações de Curto Prazo

Representadas por valores a pagar, decorrentes de obrigações trabalhistas; de contratação de fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços; de impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros; e ainda, provisionamento de repasses devidos ao Conselho Federal de Psicologia, relativos a fundo de seção.

Todas as dívidas que apresentam saldos em 31/12 foram registradas por competência no mês de dezembro, e as datas de pagamento têm vencimento em 2023 e cabem ao CRPPE, conforme exposto abaixo:

Especificação	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE	1.315.398,96	452.739,78
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVID.	290.864,89	284.606,61
PESSOAL A PAGAR	661,58	11.284,38
PROVISÕES	194.801,58	194.801,58
INSS EMPRESA	30.567,43	20.169,37
FGTS	12.707,36	11.743,87
PIS A RECOLHER	2.415,35	2.372,20
OBRIGAÇÕES FISCAIS	49.711,59	44.235,21
DEPÓSITOS CONSIGNADOS	8.519,42	15.619,66
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	4.480,17	888,40
FORNECEDORES	4.039,25	14.731,26
FUNDO DE SEÇÃO - CFP	73.925,91	118.052,53
PROVISÕES COTA-PARTE/COTA REVISTA	902.819,88	-
CONSIGNADOS	7.038,75	-
DEPÓSITOS JUDICIAIS	32.230,11	34.460,98

7.3.6. Obrigações de Longo Prazo

O CRPPE não apresenta obrigações de longo prazo.

7.3.7. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial é composto pelos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores, superávit patrimonial do exercício e ajustes de exercícios anteriores. Abaixo seguem os montantes do CRPPE:

Especificação	2022	2021
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.325.771,95	12.217.348,84
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.829.647,11	2.320.969,08
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.217.348,84	9.896.379,76
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	- 5.721.224,00	-

7.3.8. Resultado Patrimonial

Foi apurado por meio da contabilização de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apresentadas na DVP, com base no regime de competência. Um superávit patrimonial no exercício de 2022 (R\$ 1.829.647,11).

7.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da Entidade durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial.

Conta	2022	2021
Variações Patrimoniais Aumentativas	7.709.224,47	6.729.163,30
Variações Patrimoniais Diminutivas	5.879.577,36	4.408.194,22
Resultado Patrimonial do Exercício	1.829.647,11	2.320.969,08

7.5. DFC – Demonstrativo de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Detalhe	2022	2021
Atividades Operacionais	1.290.477,00	1.715.074,40
Atividades de Investimento	- 4.119,00	-
Atividades de Financiamento	-	- 641.730,07
Caixa Gerado no Exercício	1.286.358,00	1.073.344,33
Saldo Anterior	2.890.293,92	1.816.949,59
Saldo Final	4.176.651,92	2.890.293,92

(Valores em Reais) – Fonte: DFC 31/12/2022

Destacamos que:

- O caixa das atividades operacionais apresenta um resultado positivo para geração de caixa, devido a melhoria da cobrança e da contenção de gastos no exercício de 2022;
- As atividades de investimento demonstram que a entidade vem promovendo o saneamento financeiro da entidade, através da amortização de operações de crédito e redução de investimentos.
- No exercício de 2022 a entidade apresentou uma geração de caixa positivo. Espera-se que as medidas administrativas possam manter a arrecadação e a cobrança eficazes.

Recife, 31 de dezembro de 2022.

Marcos Mucarbel Junior

Psicólogo CRP-02/15841

Presidente CRPPE

Marcio Henrique B. Maciel de Sousa

Contador CRC-PE 15316/O